

A EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA PERIFERIA URBANA DE SOROCABA-SP: DO ESQUECIMENTO AO DESPERTAR DOS INTERESSES PÚBLICOS E PRIVADOS

THE EVOLUTION OF THE USE AND OCCUPATION OF LAND IN THE URBAN PERIPHERY OF SOROCABA-SP: FROM FORGETTING TO AWAKENING OF PUBLIC AND PRIVATE INTERESTS

Felipe Comitre¹

¹ Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Rio Claro, SP, Brasil

Correspondência para: Felipe Comitre (felipe.comitre@hotmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2017.27200

Recebido em: 31 jan. 2017 | Aceito em: 29 set. 2017



RESUMO

A evolução urbana é resultado da atuação dos agentes de produção do espaço norteados pelos modelos de planejamento. O atual dinamismo imposto à periferia das cidades, que não se limita mais ao local de moradia dos pobres, incentiva à elaboração de análises para compreender as forças que atuam na reprodução do espaço na periferia e na cidade como um todo. Nas últimas décadas assiste-se a transformações com relação ao uso e ocupação do solo nas periferias, tornando-se comum a fixação de empreendimentos associados a investimentos que conferem novas centralidades nas cidades. As práticas socioespaciais contemporâneas existentes nas periferias urbanas serão debatidas e analisadas apresentando como estudo de caso a cidade de Sorocaba. A apreciação sobre a evolução do uso e ocupação do solo na periferia ocorreu por meio do respaldo de levantamentos teóricos, dados estatísticos, recursos cartográficos e visitas técnicas, o que contribuiu para demonstrar as principais estratégias públicas e privadas incorporadas na reprodução do espaço na periferia e as consequências para a estrutura urbana e aos habitantes de Sorocaba.

Palavras-chave: urbanização; periferia urbana; uso e ocupação do solo; projetos públicos e privados; segregação socioespacial.

ABSTRACT

Urban development is a result of the actions of agents of production of space guided by planning models. The current dynamism imposed on the outskirts of cities, which is no longer limited to the habitation of the poor ones, encourages the development of analysis to understand the forces that act in the reproduction of the space in periphery and in the city as a whole. In recent decades we are witnessing changes regarding the use and occupation of land in the suburbs, becoming common fixing developments associated with investments which give new centrality in the cities. Existing contemporary socio-spatial practices in urban peripheries will be discussed and analyzed presenting a case study of Sorocaba city. The appreciation of the evolution of the use and occupation of territory on the outskirts occurred through the support of theoretical surveys, statistic data, cartographic resources and technical visits. This activity helped to demonstrate the main public and private strategies incorporated in the reproduction of space in the periphery and the consequences for the urban structure and the inhabitants of Sorocaba.

Keywords: urbanization; urban periphery; use and occupation of territory; public and private projects; social-spatial segregation.

INTRODUÇÃO

A distinção quanto ao uso e ocupação do solo nas cidades se relaciona com a fragmentação típica das cidades capitalistas, caracterizadas de acordo com a classe social que se apropria das partes da cidade e dos investimentos direcionados pelo poder público e pelo setor privado em cada área.

A gênese da cidade capitalista se associa com a Revolução Industrial, visto que tal fenômeno causou expressivas mudanças sociais, econômicas, culturais e ambientais ao espaço, principalmente pela eclosão de um novo modo de produção que alterou profundamente as relações sociais desenvolvidas nas cidades.

Paralelamente a imposição da Revolução Industrial, que ocorreu inicialmente na Inglaterra no século XVIII, o processo de urbanização adquiriu força e embasamento mediado pelas novas exigências do capitalismo industrial.

Como o previsto em sua própria teoria, o capitalismo industrial fortaleceu as contradições sociais que, conseqüentemente, tornaram-se cada vez mais visíveis no espaço. A divisão social do trabalho aliada a um salário incompatível com a reprodução da vida nas cidades originou a imposição de limites para a apropriação do espaço, o que estabeleceu a existência de áreas urbanas destinadas a apropriação pelo indivíduo segundo as classes sociais.

No Brasil o processo de industrialização se realizou tardiamente se comparado com os países desenvolvidos, sendo que a sua urbanização se intensificou a partir da segunda metade do século XX, ocasionando um grande aumento de sua população urbana. Fato este comprovado ao analisar a taxa de urbanização no Brasil, que na década de 1940 era de 26,35%, passando em 1980 para 68,86%. (SANTOS, 1994)

Apesar da urbanização brasileira se intensificar na segunda metade do século XX, a origem de seu processo de urbanização data do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Os principais fatores que estimularam a gênese da urbanização no Brasil, segundo Santos (1994), foram as transformações em seu modelo político e econômico, como a emergência do trabalhador livre em

detrimento da escravidão, a Proclamação da República e a existência de uma indústria incipiente ligada às atividades da cafeicultura e as necessidades do mercado interno.

Com as mudanças e a consolidação da cidade capitalista, as relações sociais e econômicas passaram a ser pautadas pela posse da propriedade capitalista da terra e dos meios de produção, sujeitando inicialmente a terra ao capital, já que sua apropriação passou a se vincular necessariamente ao valor de troca.

No cenário da apropriação seletiva da terra se ascende o processo de segregação socioespacial. A aquisição de uma parcela do espaço urbano exclusivamente por meio de seu pagamento afasta o convívio entre indivíduos de classes sociais distintas.

Na cidade capitalista cada fragmento apresenta um preço definido por suas características quanto à presença ou ausência de equipamentos urbanos fundamentais para a reprodução da vida, assim como pelas condições subjetivas relacionadas a fetiches e cânones de cada época.

A existência de áreas heterogêneas quanto à quantidade e qualidade de infraestrutura e serviços na cidade permite afirmar sobre a existência de um mosaico urbano, definido segundo Corrêa (2001) pela justaposição de diferentes paisagens e usos do solo urbano.

As parcelas do espaço urbano se diferenciam, essencialmente, quanto as suas formas, funções e processos. As relações sociais e a atuação do poder público em cada momento histórico conotam diferentes apropriações para as partes das cidades, resultando em diferentes modelos de desenvolvimento urbano.

O modelo pautado na distinção entre centro e periferia foi recorrente no cenário urbano brasileiro espacialmente nas décadas de 1940 até 1980. De acordo com o modelo a cidade apresentava uma diferenciação evidente dos fragmentos segundo as suas funções e condições de infraestrutura.

O centro se firmava como o local da concentração de infraestrutura e dos serviços tanto de caráter privado, quanto os de cunho público, sendo também o local das decisões políticas, pois abrigava as sedes das instituições públicas.

A questão referente à identidade da cidade era também competência do centro, pois tal área se remete ao início da formação da cidade e, portanto, é geralmente dotada de objetos e obras que fundamentam as particularidades da cidade.

No modelo pautado no afastamento geográfico e socioeconômico do centro e periferia a divisão da cidade era mais visível. Diferentemente do centro, restava à periferia a escassez e precariedade de infraestrutura e serviços.

A tônica da periferia se dava pela carência, evidenciada pela falta de saneamento básico, energia e rede de transportes. Outro fator que chamava a atenção na periferia era a condição das moradias, construídas muitas vezes em áreas irregulares, com o predomínio da autoconstrução e com o uso de materiais precários, resultando na formação das submoradias, geralmente representadas pelos barracos de madeira.

Até então a periferia era ocupada fundamentalmente pela população de baixo poder aquisitivo. A explicação se dá pelo fato da classe social de baixo rendimento não apresentar recursos financeiros suficientes para a aquisição e apropriação de terra em áreas mais compatíveis com a reprodução da vida.

Contudo, o uso quase que exclusivo da periferia para atividades precárias e para a ocupação da população de baixo poder aquisitivo se encontra em um processo de transformação nas últimas décadas em muitas cidades brasileiras.

A mudança em curso especialmente a partir da década de 1980 se consolida por meio da expansão dos interesses do mercado imobiliário em conjunto com o poder público em outras áreas das cidades, como as periferias urbanas.

As novas políticas urbanas, bem como os investimentos privados cada vez mais voltados para as periferias apresentam um papel importante na (re)localização das atividades pelo espaço, interferindo em novas formas de consumo do espaço no qual “novos centros de compra são criados, permitindo um movimento de desconcentração dos equipamentos comerciais.” (ORTIGOZA, 1996, p. 23).

A atratividade das áreas periféricas para novos investimentos e apropriações origina a constituição de uma nova estrutura urbana formada por espaços complexos que aproximam geograficamente os diferentes usos na periferia. Porém, a indagação que surge com o novo modelo é se a aproximação entre a heterogeneidade social e material ocorre em sua plenitude ou se existem novas estratégias para continuar afastando os diferentes, perpetuando a segregação socioespacial, mesmo que seja em um mesmo fragmento urbano.

Pode-se afirmar, sobretudo nas duas últimas décadas, que o município de Sorocaba se encontra em processo de transição do padrão de desenvolvimento urbano centro-periferia para o de expansão de usos e investimentos nas periferias que outrora se encontravam esquecidas pelo poder público e pelo mercado imobiliário.

O objetivo do artigo é de desvendar os interesses envolvidos com o despertar da periferia em Sorocaba. Para isso, busca-se refletir sobre a transformação do uso e ocupação das periferias da cidade e os principais impactos advindos para o espaço urbano e também para os habitantes da cidade.

É cada vez mais frequente nas periferias de Sorocaba a presença de equipamentos e serviços que se distanciam dos principais usos adotados até o final da década de 1990, que se resumiam a comércio escasso e de administração familiar, submoradias e conjuntos habitacionais de interesse social.

O início dos anos 2000 originou a instalação de serviços e equipamentos relacionados ao grande capital na periferia sorocabana, destacando-se construções oriundas da atuação do mercado imobiliário e pelos modernos centros de compra. Conseqüentemente, verifica-se a ascensão da fixação dos enclaves fortificados ¹ na periferia de Sorocaba.

Os novos investimentos que vem proporcionando a alteração da periferia urbana em Sorocaba reforçam a mudança das relações sociais também desenvolvidas nessas áreas. A análise feita pelo presente estudo se utiliza de embasamento teórico oportuno sobre o tema, do diagnóstico de dados estatísticos, além da observação e construção de recursos cartográficos.

As metodologias escolhidas visam convergir com o avanço da compreensão sobre o uso e ocupação do solo nas periferias urbanas. A escolha de Sorocaba como objeto de estudo tem o intuito de demonstrar empiricamente a transformação do olhar sobre a periferia, revelando que o desenvolvimento urbano incorpora modernos mecanismos que valorizam novas áreas e modificam as relações sociais e de produção nelas estabelecidas.

A análise sobre a dinâmica urbana relacionada ao uso e ocupação do solo na periferia de Sorocaba converge com o papel de destaque no cenário estadual em que o município vem conquistando nas últimas décadas.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir da década de 1970 com o processo de desconcentração industrial da cidade de São Paulo para o interior, a cidade de Sorocaba avançou no que diz respeito à centralidade regional. Atualmente o município de Sorocaba ampliou a polarização regional, fator que pode ser evidenciado com a consolidação da Região Metropolitana de Sorocaba em maio de 2014 por meio do Projeto de Lei 1/2014 sancionado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin.

¹ O termo enclave fortificado é proposto por Caldeira (2000) como uma nova forma de (re)produção do espaço nas cidades que valoriza a construção de objetos demarcados por muros e grades, como os condomínios residenciais fechados e o shopping center. Segundo a autora os enclaves são responsáveis por transformar as relações sociais e, conseqüentemente, o espaço urbano por meio da desvalorização do que se apresenta como público e aberto na cidade.

A polarização de atividades em um contexto regional também é responsável por interferir nas condições intraurbanas do município de Sorocaba. Os fragmentos urbanos em Sorocaba apresentam um processo de reestruturação, proporcionando novos investimentos aliados a diferentes formas de uso e ocupação do solo na cidade.

A urbanização em Sorocaba e a gênese da ocupação da periferia: o processo de espraiamento do espaço urbano

O município de Sorocaba está localizado no interior do estado de São Paulo há aproximadamente 90 quilômetros da capital, tal proximidade favorece seu grau de urbanização, que atualmente atinge 98,98% na cidade.

Com relação aos aspectos humanos, Sorocaba apresenta uma população de 615.955 habitantes (SEADE, 2014), um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,798 (SEADE, 2010) e um PIB per capita de 30.196,39 (SEADE, 2011).

Sorocaba conquistou desenvolvimento inicial entre o fim do século XIX e início do XX por ser um entreposto comercial no período do tropeirismo e das feiras de muares. Posteriormente, com a construção da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875 que foi fundamental para o processo de exportação do algodão e do café, o que gerou mais desenvolvimento para a cidade.

Celli (2012) faz uma análise sobre a influência da Estrada de Ferro Sorocabana para o processo de urbanização na cidade, afirmando que:

A expansão urbana de Sorocaba está intrinsecamente relacionada à localização da estação central de ferro que, próxima ao centro da cidade, direciona o estabelecimento das indústrias e das atividades urbanas ao seu redor. Podemos dizer, assim, que a estação ferroviária central de Sorocaba foi responsável pela polarização das atividades urbanas nas imediações. (CELLI, 2012, p. 90)

A observação de Celli (2012) contribui com a compreensão do processo de apropriação do espaço entre o final do século XIX e início do século XX em Sorocaba. Enfatiza-se que as áreas próximas à estação central e das adjacências da linha férrea foram as que apresentaram um maior adensamento industrial e, conseqüentemente, populacional.

A figura 1 demonstra a estação central de ferro de Sorocaba no ano de 1949.



Figura 1. Estação da Estrada de Ferro Sorocabana
Fonte: Imagens Históricas de Sorocaba (1949)

A expansão urbana em Sorocaba que já era contida na área central ampliou a ocupação do centro devido à presença da estação férrea em tal área. Pode-se afirmar que até o início do século XX, mesmo com o início da apropriação em áreas situadas principalmente no noroeste e sul da cidade, com influência respectivamente da existência de oficinas da Estrada de Ferro Sorocaba e de fábricas, como a de calcário e de tecido, a concentração de infraestrutura e serviços ocorria nos entornos da área central. (CELLI, 2012).

A evolução da mancha urbana de Sorocaba entre os anos de 1800 até 1950 é demonstrada na figura 2.

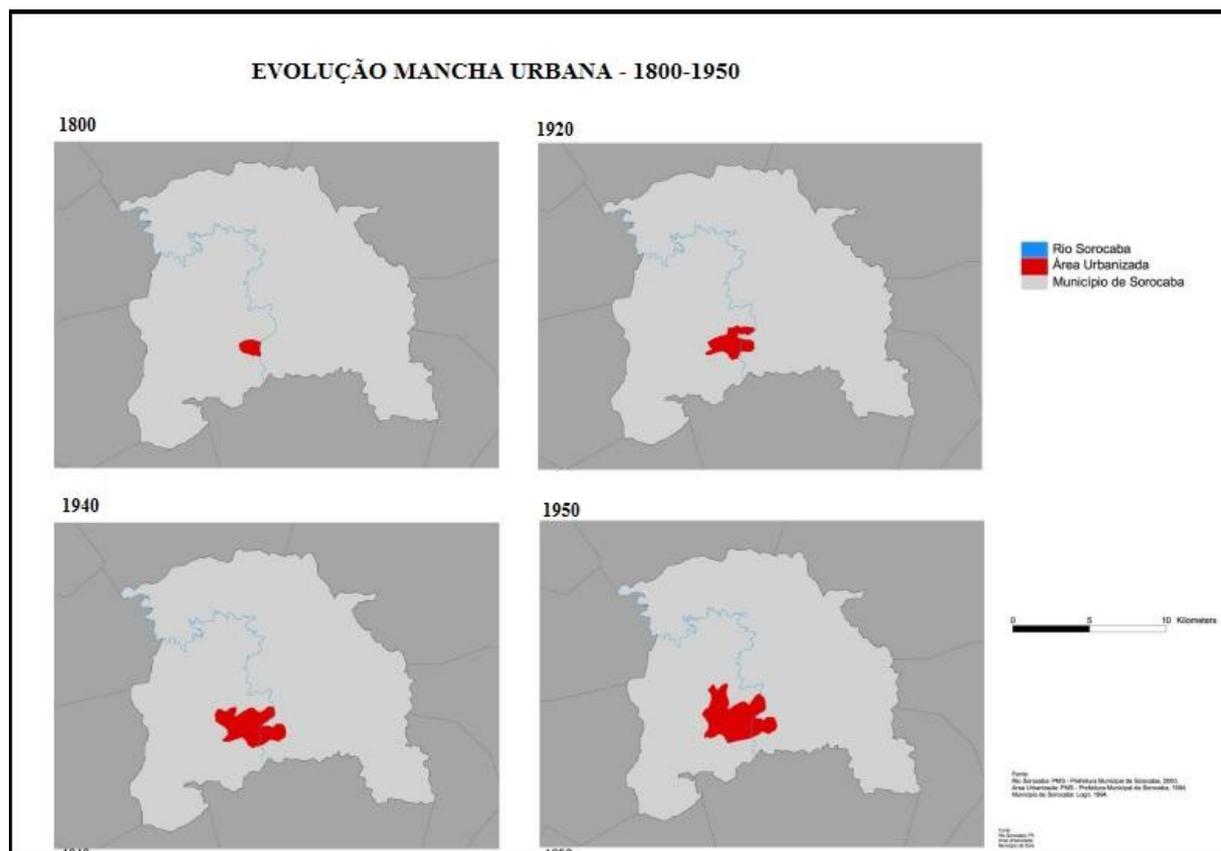


Figura 2. Evolução da Mancha Urbana em Sorocaba
Fonte: Buganza (2010)

Primeiramente a indústria têxtil e posteriormente a solidificação de indústrias de bens de consumo foram fatores que estimularam a urbanização do município, tornando-se essenciais para a consolidação do crescimento econômico na cidade durante o século XX.

Sorocaba apresentou pioneirismo da indústria têxtil, tendo a denominação de “Manchester Paulista” em alusão à cidade de Manchester na Inglaterra, polo mundial desse tipo de indústria desde a Primeira Revolução Industrial (BUGANZA, 2010).

A primeira indústria têxtil construída em Sorocaba foi a Nossa Senhora da Ponte, em 1881, já a última foi a fábrica Santo Antônio. Ambas formavam a Companhia Nacional de Estamparia (Cianê).

A materialização do período das indústrias têxteis ainda pode ser observada em Sorocaba com a manutenção da edificação das Fábricas Nossa Senhora da Ponte e Santo Antônio, conferindo o processo que Santos (2009) define como rugosidade, que pode ser observado na figura 3.



Figura 3. Rugosidade em Sorocaba
Fonte: Fotografia do autor (2013)

A presença de indústrias em Sorocaba não se limitou a do ramo têxtil. A partir da segunda metade do século XX a cidade passou a atrair novas indústrias, sobretudo pela construção das rodovias Raposo Tavares (SP-270), em 1954 e Castelo Branco (SP-280), em 1967. Tais eixos rodoviários foram fundamentais para o escoamento de produtos para outras regiões do estado. (COMITRE, 2010)

Nota-se que a partir da segunda metade do século XX ocorre a mudança na forma de escoamento dos produtos até os mercados consumidores. Ascende-se a utilização das rodovias em detrimento das ferrovias para o deslocamento de mercadorias, de acordo com Santos (1994 p. 39) “a partir de 1960, constroem-se estradas de rodagem de primeira ordem. O Brasil passa a ser cruzado por um grande número de rodovias de boa qualidade, entre as quais um bom percentual de autopistas”.

As transformações ocasionaram o desenvolvimento do município de acordo com as características nacionais da época, isto é, privilegiando o sistema de transporte rodoviário. A existência de duas

importantes rodovias que ligam Sorocaba com a capital paulista e também com outras importantes cidades do interior do estado, a Raposo Tavares (SP-270) e a Castelo Branco (SP-280), permitiu e estimulou a fixação de um parque industrial na cidade.

A existência de uma rede urbana moderna ajustada com boa infraestrutura nos setores de transporte, energia e comunicações aliado ao fenômeno da desconcentração industrial em São Paulo fomentou a atração de indústrias para o território sorocabano. Lencioni (2003) ao analisar o processo de desconcentração industrial esclarece que já na década de 1920 existiam indústrias situadas no interior de São Paulo, contudo, o avanço da transferência das indústrias para o interior paulista se consolida a partir da década de 1960.

A desconcentração industrial resultou do que Corrêa (2001) definiu como deseconomias de aglomeração. Para o autor o processo de aglomeração geográfica do processo produtivo apresenta um limite, visto que pode originar o aumento constante do valor da terra, impostos e alugueis; a maior oneração com o sistema de transportes e comunicação que dificulta a interação entre as empresas; a falta de espaço para ampliação do espaço físico das indústrias e também a adoção de restrições legais impostas ao espaço que impossibilitam o crescimento das firmas.

Os elementos descritos por Corrêa (2001) como responsáveis pela formação das deseconomias de aglomeração se consolidaram na cidade de São Paulo, sendo que a partir da década de 1970 algumas indústrias abandonaram o território da capital do estado para buscar melhores condições de produção em cidades próximas fisicamente e, posteriormente, em outros estados.

Fato este impulsionado por políticas de incentivos fiscais, da própria política federal de desenvolvimento regional, além do aumento dos custos da produção aglomerada em um local, como o aumento de aluguéis, do valor do solo urbano e da falta de espaços para expansão das indústrias.

Segundo Cleps (2003):

Em 1970 a indústria metropolitana de São Paulo concentrava 74,7% do produto da indústria de transformação do estado, já a do interior era responsável por 25,3%. Com o “caos” urbano da área metropolitana, o acelerado crescimento dos custos de aglomeração e o fortalecimento dos sindicatos metropolitanos, vários segmentos industriais passaram a se instalar em diversas cidades médias do interior paulista como, por exemplo, Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, São Carlos, Piracicaba e Sorocaba (mais dinâmicas), e Amparo, Indaiatuba, Rio Claro, Americana, Araraquara, Santa Bárbara D’Oeste, Sumaré, Pindamonhangaba, Salto, Itu, Botucatu, entre outras. (p. 70 - 71)

O caos urbano reportado por Cleps (2003) como fator impulsionador da industrialização para o interior do estado de São Paulo consiste no que Corrêa (2001) esclarece como o processo de “deseconomias de aglomeração”.

As análises de Cleps (2003) e Corrêa (2001) revelam a transferência de indústrias da cidade de São Paulo para o interior e, conseqüentemente, o avanço do desenvolvimento urbano-industrial dos municípios que se tornaram receptores da industrialização.

Na década de 1960 a cidade de Sorocaba já apresentava um ritmo acelerado de urbanização. Deste modo, Zimmerman (1992) aponta que o receio em ampliar o crescimento desordenado da cidade fez com que o poder público municipal adotasse uma lei que impedia o surgimento de novos loteamentos em raios superiores a 500 metros das áreas já dotadas de infraestrutura.

Fica evidente a preocupação do poder público municipal em evitar o crescimento das periferias em Sorocaba. Vale destacar que foi também na década de 1960 que ocorreu a elaboração e aprovação, em 1966, por meio da Lei Municipal nº 1.438/66, do primeiro Plano Diretor da cidade.

O primeiro Plano Diretor foi complementado pelo Código de Obras e pelo Código de Zoneamento, respectivamente nos anos de 1966 e 1968. Todo o aparato legal demonstra o interesse do poder público em promover a adequação do uso e ocupação do espaço urbano, especialmente pela delimitação de zonas de uso com a permissividade e não permissividade para a fixação de determinadas atividades.

A conjuntura histórica do processo incipiente de industrialização em conjunto com o estabelecimento de Leis Municipais fez com que a ocupação em periferias fosse muito limitada na cidade de Sorocaba. Porém, o vazio demográfico da periferia sorocabana não se manteve nas décadas posteriores, já no final da década de 1970 se presenciou a ascensão da periferização no município.

Zimrmann (1992) afirma que “A favelização (em Sorocaba) ganhou sua dimensão numérica, segundo a Secretaria Municipal de promoção Social, apenas no final dos anos 70 e início dos 80, quando atingiu cerca de 2% da população urbana”.

A favelização em Sorocaba experimentada a partir do final da década de 1970 possui vínculo com a elevada urbanização do período associada ao alto crescimento demográfico na cidade a partir da década de 1980. Segundo os dados do IBGE (2010) a população da Região de Governo de Sorocaba passou de 218.258 habitantes, em 1940, para 973.018, em 1991.

Logicamente que a junção entre ampliação da urbanização e do crescimento demográfico não condiz exclusivamente com a favelização. Este processo se fortalece com a ausência de um planejamento urbano efetivo que valoriza o crescimento ordenado da cidade e que possibilita a apropriação terra para moradias em áreas compatíveis com as condições básicas para a reprodução da vida, isto é, beneficiada por infraestrutura.

A ocupação da periferia em Sorocaba se concentrou, primeiramente, na porção noroeste da cidade. Zimmerman (1992) relata que a ampliação do sistema viário para áreas mais distantes do centro convergiram para o espraiamento da cidade. Paralelamente a ampliação dos corredores rodoviários a disseminação de loteamentos populares situados após os vazios urbanos também ocasionou o crescimento periférico em Sorocaba.

O adensamento das favelas na região noroeste de Sorocaba se tornou possível devido ao desinteresse do poder público e do setor privado na área durante as décadas de 1970 e 1980. Maricato (2002)

promove uma reflexão sobre o processo de ocupação da periferia voltada à construção de favelas e submoradias, afirmando que:

As novas favelas e loteamentos ilegais surgem nas terras vazias desprezadas pelo mercado imobiliário privado. Não é por outro motivo que as favelas se multiplicam em áreas públicas, áreas ambientalmente frágeis sobre as quais incidem leis protecionistas como é o caso das áreas non aedificandi nas beiras dos córregos (Lei Federal 6. 766/79). Nas terras vazias situadas em regiões valorizadas pelo mercado imobiliário, até mesmo quando são públicas, a invasão não é admitida. Ai o poder de polícia municipal é exercido e as normas se aplicam. (p. 83)

A análise de Maricato (2002) apresenta validade no caso de urbanização em Sorocaba. A instalação das favelas e dos loteamentos ilegais se deu em áreas abandonadas pelo poder público e que, muitas vezes, localizavam-se em áreas de proteção ambiental ou proteção permanente, como as margens dos rios e córregos.

Se na década de 1960 houve uma preocupação elementar do poder público municipal em tentar conter o avanço do espraiamento da cidade, nas décadas seguintes se percebe a visualização da periferia como uma importante estratégia compatível com a ascensão da reprodução do capital no espaço urbano.

O novo modelo de planejamento incorporado pelo poder público e aproveitado pelo mercado imobiliário estimulou a especulação imobiliária juntamente com a segregação socioespacial em detrimento das condições de vida da população de menor poder aquisitivo.

O mecanismo adotado a partir da década de 1970 em Sorocaba foi o de esquecimento da periferia com relação à dotação de infraestrutura e serviços. Por outro lado, nas décadas posteriores, mais precisamente a partir do final da década de 1990, estabelece-se o processo de despertar da periferia. Caracterizado como possibilidade de permitir a reprodução do capital com grande interesse do mercado imobiliário e permissividade do poder público².

² O interesse do poder público em promover o crescimento periférico em Sorocaba entre o final de década de 1990 e início de 2000 foi analisado por Comitre (2010). A pesquisa revelou como o poder público, mais especificamente o prefeito da cidade,

A contradição inerente à periferia sorocabana, embasada pela escassez de equipamentos urbanos e pela possibilidade de reprodução do capital, revela mecanismos de planejamento urbano que valorizam incessantemente o capital, e não os seus habitantes.

A multiplicidade da periferia urbana: possibilidade para o afastamento do indesejável e para a reprodução do capital

A ocupação da periferia em Sorocaba que se remete inicialmente a década de 1970 foi direcionada em sua gênese para a apropriação por parte da população de baixo poder aquisitivo. Formaram-se as periferias populares marcadas pela escassez de infraestrutura e serviços, como também pela precariedade com relação às condições qualitativas dos equipamentos urbanos referentes à habitação e a reprodução da vida.

O paradigma de uso e ocupação da periferia até a década de 1990 em Sorocaba se procedeu pelo total desinteresse, tanto pelo Estado, quanto pelo mercado imobiliário. Nesse contexto, a periferia era caracterizada pela ocupação irregular do solo urbano para moradia, pelo déficit de equipamentos urbanos de uso coletivo e dos serviços urbanos.

As condições da periferia em Sorocaba após o processo de favelização na cidade incidia aos seus moradores o que Kowarick (1983) define como “espoliação urbana”, especificado pela extorsão de equipamentos públicos que são essenciais para a reprodução da vida na cidade.

Corrêa (2001) explana sobre a explosão da periferia popular nas metrópoles, alertando sobre as formas de organização do espaço nestes locais, cabe ressaltar as características mencionadas pelo autor também são visíveis na cidade média de Sorocaba.

No processo de expansão da periferia metropolitana três formas de organização do espaço são evidenciadas: os loteamentos populares e a autoconstrução, os conjuntos habitacionais do Estado

incorporou políticas de interesse social, com ênfase na habitação, para conquistar benefícios próprios, fomentando ainda mais os problemas urbanos em Sorocaba.

e as favelas. Cada uma delas tem um significado distinto, mas todas colocam à tona a pobreza da organização do espaço e os numerosos problemas que a literatura já colocou em evidência: o tempo imposto nos precários meios de transporte, ausência de equipamentos de consumo coletivo, as epidemias constantes, o “esquadrão da morte” etc. (p. 177)

A tríade composta pela presença de loteamentos populares, conjuntos habitacionais e favelas se intensificou na zona norte de Sorocaba a partir da década de 1990, destacando-se a fixação desses tipos de organização do espaço nas duas principais avenidas da zona Norte, a Itavuvu e a Ipanema, e em seu entorno.

O que chama a atenção em Sorocaba é que a gênese do despertar de interesse pela periferia se dá pela interrelação entre loteamento populares, conjuntos habitacionais e favelas, especialmente na zona norte da cidade.

Apesar de a periferia passar a estar na pauta de interesses do poder público e do setor privado, os resultados da atuação de ambos os setores pouco contribuíram para a melhoria das condições de vida aos seus moradores no decorrer da década de 1990. Muito pelo contrário, alimentaram ainda mais as desigualdades sociais, econômicas e espaciais tão presente nas cidades capitalistas.

A atuação do poder público municipal na periferia da zona norte de Sorocaba ocorreu no final da década de 1990 via instauração de uma política pública dita de interesse social, mas que se enquadrou na prática por um caráter higienista, concretizado por um projeto de desfavelamento que possuía como meta a construção de um conjunto habitacional.

Empiricamente o projeto executou basicamente a transferência de favelas para áreas mais distantes e, perversamente, possibilitou a valorização de loteamentos populares situados em áreas anteriores ao conjunto habitacional devido à dotação de equipamentos básicos, como a rede de energia, água e esgoto.

A análise de Carlos (2001) se enquadra como oportuna para compreender a relação entre expulsão de pobres para áreas mais distantes e o processo de valorização da terra.

Na esteira da “moda de se exportar mendigos” para outras regiões e de promover a expulsão dos favelados para a periferia da malha urbana, limpam-se “áreas nobres”, preparando-as para novos investimentos. No processo, aprofunda-se a contradição entre valor de troca e valor de uso pela generalização da mercantilização do espaço da metrópole. (p. 136)

A valorização das áreas situadas em vazios urbanos localizados antes do local de instalação do conjunto habitacional se enquadra no processo de especulação imobiliária. Singer (1978, p. 34) acredita que “As transformações no preço do solo acarretadas pela ação do Estado são aproveitadas pelos especuladores, quando estes têm possibilidade de antecipar os lugares em que as diversas redes de serviço urbanos serão expandidas”.

Em Sorocaba quem principalmente aproveitou as transformações da estrutura urbana promovida pelo poder público foi o próprio prefeito da época, já que muitos vazios urbanos situados na zona norte pertenciam a sua empresa de empreendimentos imobiliários. Após a dotação de infraestrutura básica nos vazios urbanos, a construtora imobiliária do prefeito lançou vários loteamentos privados na área, como pode ser observado na figura 4.

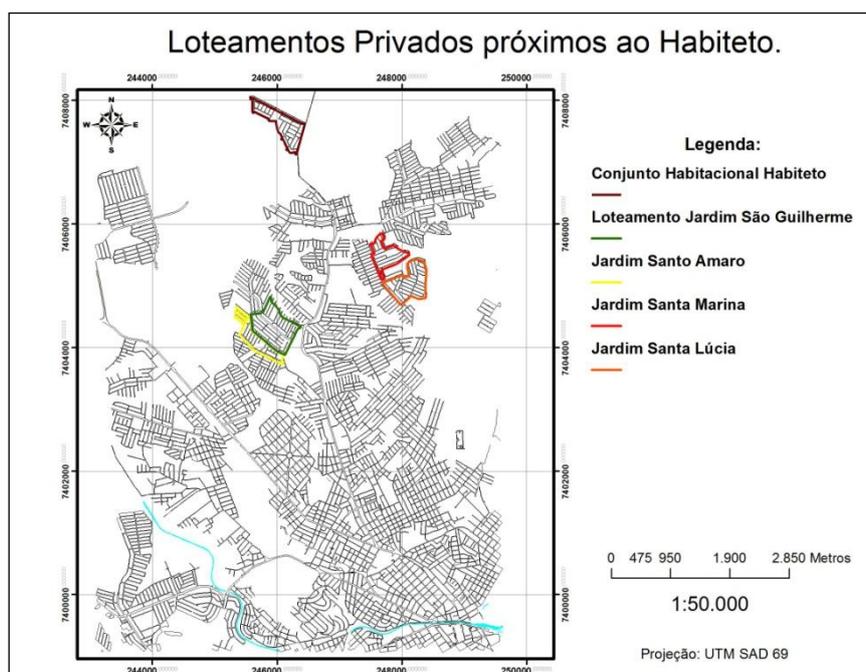


Figura 4. Loteamentos Privados Próximos ao Habiteto

Fonte: Comitre (2010)

O projeto criado pelo poder público municipal no ano de 1997 foi denominado de Desfavelamento de Sorocaba e resultou, basicamente, na retirada da população que habitava algumas favelas espalhadas pela zona norte da cidade e em seu remanejamento para um conjunto habitacional que seria construído, chamado de Ana Paula Eleutério.

Após o despejo da população favelada das áreas de risco, o poder público as remanejou para um local situado na periferia da zona norte da cidade, mais especificamente nas margens da Avenida Itavuvu. Foi neste local, distante da área central e com escassez de infraestrutura e serviços, que em 1998 foi construído o Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério, mais conhecido como Habiteto (COMITRE, 2010).

A presença de favelas nas cidades apresenta um caráter contraditório, pois em alguns momentos tal forma de moradia se torna essencial para a reprodução da vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, para a manutenção da ordem capitalista, como descreve Rodrigues (1988). Já em outros a favela se consolida como um entrave para a reprodução do capital e para o desenvolvimento urbano pautado pelos ideais mercadológicos.

Quando o local das favelas desperta o interesse do poder público ou do setor imobiliário, criam-se forças que coagem o processo de remoção de sua população para áreas mais distantes, como se verificou com o Projeto de Desfavelamento de Sorocaba.

A análise de Kowarick (1983) revela as conseqüências impostas à estrutura urbana e aos moradores após a valorização das áreas ocupadas por favelas, alertando que:

Por outro lado a favela torna-se um problema na medida em que, com a expansão da cidade, a área que ocupa começa a se valorizar. Ou são as vias expressas e prédios públicos que reclamam o espaço tomado pelos barracos e é preciso removê-los. Ou é a lógica da especulação imobiliária que leva o investidor privado a tomar a iniciativa da operação “limpeza” – e como a fonte última do direito é a propriedade, o favelado junta seus trastes e vai se instalar em outro lugar, até que o crescimento da metrópole que ele ajuda a construir o expulsa novamente. (p. 160)

O processo de expulsão e nova ocupação periférica por parte dos favelados se apresenta comumente na realidade urbana brasileira. Em Sorocaba o Projeto de Desfavelamento favoreceu tal modelo, já que após o remanejamento a população “beneficiada” pelo projeto do poder público municipal se deparou com uma área abandonada, sem a presença de infraestrutura básica e localizada ainda mais distante dos equipamentos urbanos.

O remanejamento, que mais se adequou a expulsão, da população favelada para o Habiteto demonstra o interesse do poder público em destinar para a periferia urbana a função de afastar a população indesejável, isto é, os habitantes mais pobres devem ser abandonados em áreas cada vez mais distantes para que os demais moradores da cidade não necessitem se deparar com os pobres em seu dia-a-dia.

A zona norte de Sorocaba apresentou um grande crescimento de sua mancha urbana entre as décadas de 1990 e 2000. Celli (2012, p. 113) explica que “A expansão urbana se delineia ao longo e nas proximidades dos eixos de ligação arteriais urbanos, que se conectam com a cidade de Porto Feliz e a Rodovia Castelo Branco”.

O destaque direcionado a zona norte de Sorocaba apresenta uma relação com a atuação do prefeito de Sorocaba do período, Renato Amary. A gestão Amary, entre os anos de 1997 e 2004, destinou grandes investimentos para a região. Além das permissões previstas pelo Plano Diretor, a atratividade de investimentos na zona norte se baseia no interesse do prefeito em valorizar tal área, visto que o mesmo possuía vários terrenos distribuídos pela região que passaram por grande valorização no período de seu governo no município de Sorocaba.

As décadas de 1990 e 2000 não se limitaram a expansão urbana da zona norte de Sorocaba. Nesse período se presenciou o avanço da ocupação da zona leste da cidade com a influência da fixação de indústrias e de condomínios fechados voltados a classe média e alta.

A instalação de indústrias na zona leste de Sorocaba, mais precisamente na região nordeste, relaciona-se com o estabelecimento da Zona Industrial de Sorocaba por meio da aprovação do Plano Diretor em 1966.

A lei n° 1.438 de 21 de Novembro de 1966 foi responsável por aprovar o Plano Diretor de Sorocaba. Uma das principais ênfases presentes na lei foi o estabelecimento do zoneamento urbano com a criação de uma Zona Industrial em uma área afastada do centro, mas situada em fácil acesso aos eixos rodoviários.

Os principais bairros que receberam as indústrias foram o Édén, Aparecidinha e o Cajuru. De acordo com Silva (2011) a Zona Industrial de Sorocaba apresenta a sua gênese na década de 1960, entretanto, é na década de 1970 que a fixação de indústrias se amplia devido ao processo de desconcentração industrial na capital São Paulo.

Segundo Silva (2011) é na década de 1990 que se consolida a concentração de indústrias na Zona Industrial de Sorocaba. Para se ampliar o horizonte de compreensão sobre a evolução da fixação por indústrias seguida da ocupação populacional na Zona Industrial, o bairro do Édén possuía em 1970 um total de 2.019 habitantes, já no ano 2000 o número de habitantes no bairro saltou para 16.398. (SILVA, 2011).

Os dados apontados por Silva (2011) contribuem para analisar a mudança com relação ao uso e ocupação nas áreas periféricas de Sorocaba. Na década de 1990 a zona leste foi dotada de infraestrutura para receber as indústrias e, conseqüentemente, atraiu também a população de médio e baixo poder aquisitivo para as vilas criadas nas proximidades das indústrias.

É também na década de 1990 que se inicia o processo de apropriação da periferia para a instalação de condomínios residenciais fechados voltados aos moradores da classe média e alta. Celli (2012) revela que a zona leste de Sorocaba passou por essa transformação na ocupação da periferia na década de 1990 com a construção de dois condomínios fechados: o condomínio Granja Olga e o Village Saint Claire.

A ocupação da periferia pela população de melhor poder aquisitivo se consolida pela junção de duas estratégias: a criação de enclaves fortificados que vendem a sensação de segurança e a ampliação do uso do automóvel.

O automóvel como um importante indicador da possibilidade da classe média e alta ocupar as periferias é argumentado por Villaça (2001). É por meio da ampliação do uso do automóvel e da existência de vias de acesso para rodovias que se ascendeu a apropriação da periferia pela classe de melhor poder aquisitivo.

A visão de Villaça (2001) contribui para a análise da localização dos condomínios residenciais fechados em Sorocaba. A gênese e avanço dos condomínios fechados na cidade foram analisados por Sposito (2007). O autor demonstrou que os condomínios horizontais em Sorocaba foram construídos inicialmente em 1981 e possuíam como característica principal a proximidade com as vias de acesso para as rodovias e shopping centers. A região que mais concentrava os condomínios, que na década de 1980 era de aproximadamente 220 empreendimentos, era a sul da cidade. Região que condiz até hoje com os melhores indicadores socioeconômicos do município.

A presença de condomínios residenciais fechados não se limitou a zona sul de Sorocaba. É possível afirmar que entre as décadas de 1990 e 2000 as zonas sul e leste foram as que apresentaram um boom na construção desse tipo de moradia. Ambas as regiões se beneficiaram da presença próxima de vias de acesso a importantes rodovias que cruzam a cidade, destacando-se as rodovias Raposo Tavares (SP-270), Doutor Celso Charuri (SP-91/270) e José Ermírio de Moraes (SP-75).

Uma das principais avenidas da zona leste em Sorocaba escolhida pelos empreendedores imobiliários para a construção dos condomínios fechados é a Avenida Três de Março. A figura 5 permite visualizar os principais condomínios situados em tal avenida e em sua proximidade.



Figura 6. Condomínios Residenciais Fechados na Zona Leste de Sorocaba
Fonte: Felipe Comitre (2014).

A periferia em Sorocaba vem se tornando o local da ilusão de se viver em segurança, tornando-se o grande chamariz para a reprodução do capital. É principalmente na periferia que os empreendedores imobiliários vendem a possibilidade de morar em áreas ditas seguras e solidárias, oferecendo um verdadeiro menu de opções que convergem para um ponto em comum: a formação dos cada vez mais onipresentes enclaves fortificados.

As zonas Norte e Oeste de Sorocaba também estão sendo dotadas dos condomínios residenciais fechados, contudo, esse consiste em um processo mais recente, sobretudo, a partir da década de 2000. O aumento da presença de condomínios da zona Norte de Sorocaba possibilita afirmar que o ato de residir em enclaves fortificados não é mais exclusividade do rico. A periferia da zona norte, abrigada majoritariamente pela população de classe média e baixa, depara-se com investimentos imobiliários voltados a construção dos enclaves fortificados.

Caldeira (2000) acredita que os enclaves fortificados são responsáveis por alterar as relações sociais e, conseqüentemente, o espaço urbano. Tornando-o cada vez mais distante do aspecto público e impondo práticas exclusivas polarizadas pela segregação socioespacial.

A evolução do processo de segregação socioespacial nas cidades pode ser demonstrada por meio da análise de Caldeira (2000) sobre a realidade do município de São Paulo, mas que muito se assemelha a outras cidades, como é o caso de Sorocaba.

A autora promove a divisão em três fases para revelar o caráter da segregação socioespacial em São Paulo. A primeira é definida como uma segregação que se dava pela diferença do tipo de moradia em um espaço urbano pautado na concentração de diferentes grupos sociais numa mesma área, tendo como recorte temporal o período que vai do final do século XIX até os anos de 1940.

A segunda fase, muito presente entre as décadas de 1940 e 1980, é explicada pela relação centro-periferia, ou seja, pela segregação socioespacial imposta pela diferenciação do local de moradia da elite financeira e dos pobres. O centro da cidade, dotado de infraestrutura e serviços, era destinado à classe média e alta, já a periferia para a população mais pobre.

E a terceira fase, que se encontra em implantação desde a década de 1980, consiste na quase superação da relação centro-periferia e pela ocupação de espaços próximos por grupos sociais diferentes. Mas segundo Caldeira (2000, p. 211) a segregação ainda persiste, pois “estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de “enclaves fortificados””.

A cidade de Sorocaba apresenta uma similaridade com São Paulo no que diz respeito ao processo de evolução urbana e segregação socioespacial, mas destoando, sobretudo, nos períodos de ascensão e declínio dos modelos de desenvolvimento urbano.

As fases expostas por Caldeira (2000) apresentam outras datas de consolidação e manutenção. A primeira fase, marcada pela concentração de diferentes classes sociais num mesmo espaço, iniciou-se também em Sorocaba no final do século XIX, mas se manteve até a década de 1960.

A segunda fase, fundamentada pela relação centro-periferia, ascendeu-se em Sorocaba na década de 1970, com o início do processo de favelização e se conservou até a década de 1990.

Já a terceira fase, marcada pela aproximação espacial, mas pelo afastamento por muros e câmeras, iniciou-se em Sorocaba, principalmente a partir dos anos 2000 e ainda se encontra em curso no município.

A materialização dos enclaves fortificados nas periferias de Sorocaba não se limita a presença dos condomínios residenciais fechados. A implantação de shopping centers que se revela como uma estratégia de exclusão e privatização do lazer nas cidades também é imposta nas periferias urbanas.

A ascensão de shopping centers na cidade pode ser avaliada sob a perspectiva do processo do desenvolvimento do lazer produtivista do espaço urbano defendido por Padovani (2002). Tal autor enfatiza a construção de parques temáticos e aquáticos pelo espaço urbano, porém, a sua análise também contribui para o entendimento sobre o avanço da construção de shopping centers nas cidades. Sorocaba apresentou uma grande expansão com relação à quantidade de shopping centers em seu território, contando no ano de 2015 com oito estabelecimentos em funcionamento e um em construção, o Shopping Tangará. Mas em 2016 o Shopping Villagio, que havia sido inaugurado em dezembro de 2012, foi fechado.

Os shopping centers estão distribuídos por vários fragmentos do território sorocabano, deste modo, estão também fixados na periferia da cidade. Os shoppings situados na periferia de Sorocaba são o Plaza Shopping Itavuvu e o Shopping Cidade, localizados na zona norte e inaugurados respectivamente em junho de 2012 e setembro de 2013. Além do Shopping Granja Olga, inaugurado em 2002.

A periferia em Sorocaba passa por um dinamismo que impossibilita relacioná-la meramente como sendo áreas abandonadas pelo poder público e carente de infraestrutura e serviços. A realidade periférica demonstra particularidades em cada região da cidade de Sorocaba, conciliando cada vez mais infraestrutura e serviços voltados ao interesse do grande capital, simultaneamente, a locais que carecem de investimentos públicos e privados.

A implantação de universidades públicas consiste em outra estratégia de uso e ocupação da periferia em Sorocaba. Foi no final da década de 2000 que Sorocaba recebeu os Campi da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Os cursos de Engenharia Ambiental e Engenharia de Controle e Automação foram oferecidos pela UNESP – Sorocaba a partir de 2008. O prédio foi inaugurado em 2008 na Avenida 3 de Março, localizada na Zona Leste de Sorocaba.

Já a UFSCAR iniciou as atividades em Sorocaba no ano de 2006 com a oferta de cinco cursos de graduação: Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Ciências Biológicas, Turismo, Engenharia de Produção e Engenharia Florestal. Inicialmente os cursos foram realizados nas instalações da Faculdade de Engenharia de Sorocaba (FACENS). Porém, os prédios do Campus da UFSCAR em Sorocaba foram inaugurados no ano de 2008, na Rodovia João Leme dos Santos, situada na porção sudoeste da cidade.

Na década de 2010 o poder público municipal de Sorocaba adotou incentivos fiscais que possibilitaram a instalação da Fábrica da Toyota no ano de 2012. No mesmo ano foi inaugurado o Parque Tecnológico de Sorocaba, tendo como principal intuito estimular a fixação de laboratórios de empresas, universidades e institutos para o desenvolvimento de produtos e serviços.

Foi à zona norte de Sorocaba que recebeu a fábrica da Toyota e o Parque Tecnológico, situados respectivamente na Avenida Itavuvu e na rodovia Castelo Branco (quilômetro 92). A parceria entre poder público e setor privado é responsável por promover alterações na apropriação do espaço na periferia da zona Norte.

A tendência para a periferia da zona Norte é a de se consolidar uma nova zona Industrial na cidade, pautada, sobretudo, pela implantação de um centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D&I) que poderá polarizar as relações de produção futura em Sorocaba.

A diversidade social, econômica, ambiental e cultural está presente na periferia em Sorocaba, porém o arredor geográfico não indica aproximação nas relações sociais. Apesar de atividades díspares se fixarem lado-a-lado nas periferias, o contato entre elas ainda é impossibilitado por meio de objetos e estratégias que distanciam o convívio das distintas classes sociais.

As periferias em Sorocaba demonstram um sentido dúbio de modelo de desenvolvimento urbano. Primeiramente criam a ilusão de que pobre e rico podem ocupar o mesmo espaço. Posteriormente, revelam por meio da existência de muros, guaritas, cancelas, cercas e vigilantes privados que a urbanização continua se concretizando de forma desigual no município, fomentando a segregação socioespacial, a especulação imobiliária e a privatização do espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a evolução do uso e ocupação do solo na periferia urbana de Sorocaba contribui para romper com o paradigma superficial de associar a periferia como uma área pautada exclusivamente pela escassez.

As relações de produção, originadas da atuação dos agentes públicos e privados, são responsáveis por alterar o modelo de desenvolvimento urbano, impondo novas diretrizes que alteram as relações sociais e, conseqüentemente, a reprodução do espaço urbano.

A compreensão do espaço urbano exige reflexões sobre o dinamismo incorporado nas periferias urbanas. No caso de Sorocaba a periferia inicia seu processo de ocupação e de despertar de interesse, sobretudo, a partir da década de 1970 com o início da periferização oriundo do crescimento espreado da cidade.

Atualmente a análise do espaço urbano precisa desvendar as relações que conferem a aproximação entre os fragmentos urbanos. A existência do mosaico urbano não significa que as áreas de cidade não apresentam relações entre si.

A periferia é a grande demonstração que os fragmentos urbanos se dotam cada vez mais de interesses distintos, tornando o espaço urbano produto de relações sociais norteadas por diferentes contextos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Pode-se afirmar que a proximidade contemporânea de diferentes realidades na periferia urbana confere a multiplicidade de uso e ocupação do solo em tal área. A materialização das relações sociais na periferia não geram mais exclusivamente os loteamentos irregulares, as favelas e os conjuntos habitacionais.

As relações de poder na periferia transcendem instalação de submoradias. Atualmente, é possível se deparar com os enclaves fortificados, serviços voltados ao grande capital e até mesmo centros de pesquisas e de educação nas periferias urbanas.

Todo o dinamismo da periferia, entretanto, não significa a igualdade de condições e acessos à infraestrutura a todos os seus habitantes. A segregação socioespacial é verificada em um espaço muito próximo, concretizando-se incessantemente no espaço urbano.

Em Sorocaba a segregação socioespacial não é mais materializada pelo distanciamento geográfico entre centro e periferia, mas sim pelo isolamento em áreas próximas por meio de objetos e estratégias e impedem o contato entre os diferentes no cotidiano das cidades, como os muros e cercas inerentes aos enclaves fortificados.

A periferia que outrora se destinava quase que exclusivamente ao isolamento do pobre e pelo esquecimento do poder público e do setor privado, agora passa pelo processo de despertar de interesse.

Os agentes produtores do espaço, principalmente o mercado imobiliário e o Estado, buscam incessantemente por novas possibilidades de reprodução do capital. A concepção de Harvey (2009) de que as cidades, historicamente, foram mais regidas pelo capital do que pelas pessoas revela que as periferias urbanas passam por um aprimoramento com relação à dotação de serviços e infraestrutura em prol de interesses mercadológicos, e não para melhorar as condições de vida da população que se apropria de tais áreas.

A periferia urbana nos dias de hoje representa em escala micro, todo o dinamismo e a desigualdade inerente ao espaço urbano mediado pelos interesses do capital. Logo, a análise das periferias das cidades se torna um importante instrumento para almejar a formação de cidades que ofereçam melhores condições a todos os seus habitantes, independentemente de suas condições financeiras.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2000. Disponível em: www.ibge.gov.br
- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br
- BUGANZA, C. P. Estudo da situação pré-metropolitana de Sorocaba: características e perspectivas. 149 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2010.
- CALDEIRA, T. P. do R. Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora Edusp, 2000.
- CARLOS, A. F. A. Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001. p. 368.
- CLEPS, G. D. G. A desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. Caminhos de Geografia, Uberlândia, junho, 2003. pp. 66 – 89
- CELLI, A. Evolução urbana de Sorocaba. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- COMITRE, F. As políticas habitacionais sociais como fomentadoras dos problemas urbanos: o caso do Conjunto Habitacional Ana Paula Eleutério em Sorocaba-SP. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual Paulista – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2010.
- CORRÊA, R. L. Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- KOWARICK, L. A espoliação urbana. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

- LENCIONI, Sandra. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbanoregional*. São Paulo: Editora UNESP; ANPUR, 2003.
- MARICATO, E. *Brasil, cidades: alternativas para crise urbana*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- ORTIGOZA, S. A. G. *As Franquias e as Novas Estratégias do Comércio Urbano no Brasil*. 1996. 180 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Organização do Espaço. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1996.
- PADOVANI, E. G. R. *Parque temático: modernização e consumo do espaço*. 228f. Tese (Doutora em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002.
- RODRIGUES, A. M. *Na procura do lugar o encontro da identidade – Um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco*. 333 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1988.
- SPOSITO, E. S. *Reestruturação produtiva e reestruturação urbana no estado de São Paulo*. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. UFRS. Porto Alegre, 2007.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994. 157 p.
- _____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (EDUSP), 2009.
- SILVA, M. S. R. da. *Éden: paraíso industrial em Sorocaba ou purgatório social?* 97 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- SINGER, P. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, E. (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.
- ZIMMERMAN, G. *A Região Administrativa de Sorocaba*. In: *Cenários e Diagnósticos, A Economia no Brasil e no Mundo*. Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Planejamento e Gestão e Fundação SEADE, v. 8, 1992.